

Missão e desafios no caminho do agronegócio

**Luiz Carlos Corrêa Carvalho*

Ao se analisar o acelerado processo de crescimento populacional, da renda per capita e da urbanização na Ásia, em especial na China, maior comprador mundial de commodities agrícolas, tem-se a confirmação do desafio que é hoje denominado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) como de segurança alimentar. Afinal de contas, recentes estimativas da consultoria McKinsey dão conta que a China terá, em 2025, nada menos que 221 cidades com um milhão de habitantes. Somada às 23 cidades chinesas que deverão ter mais de 5 milhões de pessoas, chega-se a um aumento na população urbana da China na ordem de 330 milhões.

É mais gente vivendo nas cidades, com novos hábitos de consumo e maior renda. Resultado: maior demanda por carnes, leite e ovos, fibras, etc. A dimensão do potencial explosivo de consumo futuro pode ser medido por uma colher de açúcar. Há dois anos, o consumo anual per capita de açúcar no interior da China era de 2kg por pessoa, enquanto nas cidades era de 20kg. Em nível global para os próximos 10 anos, teríamos de aumentar em 44 milhões de toneladas a produção anual de açúcar, mais do que o Brasil produz hoje. E esse quadro vai além: hoje, no mundo, 14% das commodities como cana, milho, trigo e os óleos vegetais - soja, canola e palma – são para a produção de biocombustíveis. E vai crescer!

Por esses dados, tem-se a noção da missão que o futuro reserva ao agronegócio brasileiro. E tal missão foi ainda mais magnificada pela recomendação da FAO e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de que o Brasil deverá responder por, pelo menos, 40% do fornecimento de alimentos projetados até 2050. É, indubitavelmente, a janela de oportunidade mais clara que temos hoje em âmbito mundial no horizonte de curto e médio prazo.

Em função dessa proposta desafiadora, espera-se, tanto do setor privado envolvido no processo produtivo, quanto do governo, uma postura moderna, arrojada e colaborativa, no sentido de considerar esse segmento estratégico para o Brasil, que responde por 25% do Produto Interno Bruto (PIB) e por cerca de 40% das exportações. Na condição grande celeiro tropical, o Brasil é, hoje, terceiro maior exportador agrícola, atrás somente dos Estados Unidos e da União Europeia. Além disso, o produtor rural desempenha um papel vanguardista no que diz respeito à questão da sustentabilidade e no uso de tecnologia, pois tem conseguido ampliar a produção somente com ganhos de produtividade, sem aumento da área plantada.

Essas conquistas se devem a uma visão sistêmica e ampla dos negócios ligados ao campo, que foi incorporada aos processos produtivos pelos empresários por meio de atividades sofisticadas nas áreas de biotecnologia, mecanização e tecnologia da informação. Essa é uma realidade bem distante daquela vivida no passado.

O conceito das cadeias produtivas, lançado por Harvard e incorporado à realidade brasileira há cerca de 20 anos, envolvendo os elos que vão de bens de capital e insumos, passando pela produção agrícola e industrial, indo à distribuição, atacado e varejo, incluindo ainda as exportações, explica o peso e a importância da cadeia agroindustrial na economia do País.

Essa dinâmica impressionante do agronegócio brasileiro decorre da necessidade vital de ganhar competitividade. É um desafio que não se pode perder de vista no presente e no futuro, com a manutenção dos investimentos em pesquisas e inovação. Temos vários casos de sucesso para exaltar a capacidade empreendedora de pequenos, médios e grandes agricultores. Fizemos uma mudança monumental na forma de produzir em solos quimicamente mais pobres do cerrado, com o sistema de plantio direto na palha, a produção conjunta de etanol e de bioeletricidade e a integração lavoura, pecuária e floresta. Não é pouca coisa e se deve à enorme criatividade brasileira.

Para que todos esses avanços se traduzam na continuidade da posição vanguardista que o País ocupa no cenário agrícola mundial, é necessário haver bastante harmonia entre os atores privados e o governo, que deve funcionar como facilitador. Atuando assim não teríamos, por exemplo, uma situação em que nossa produção de grãos praticamente duplicou em dez anos sem uma equivalente expansão da infraestrutura de transporte, armazenamento e logística. Essas deficiências retiram os ganhos de competitividade alcançados no campo. Não podemos, por exemplo, ter descontinuidade de políticas públicas, assim como não é compreensível a existência de tantas instâncias que são, em tese, responsáveis pela formulação e aplicação da política agrícola. Precisamos dessa sinergia para estar em condições de relevância geopolítica no Século XXI e de atender às expectativas do mercado global.

Todos esses pontos estarão em debate no 13º Congresso Brasileiro do Agronegócio, que será promovido pela Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) no dia 4 de agosto, em São Paulo, com o tema *Agronegócio Brasileiro: Valorização e Protagonismo*. No evento será analisado também uma proposta de ação, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e entregue aos representantes dos três candidatos à Presidência da República, melhor posicionados nas pesquisas eleitorais.

Nossa expectativa é que o Brasil aproveite esse momento extraordinário de mudanças globais, num cenário de franca revolução do uso sustentável de recursos naturais, para reafirmar sua posição de protagonista e líder desse processo transformador da geopolítica mundial.

**Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)*